

O espaço da
liberdade
de expressão

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1087-17 de julho de 2011

IMPRESSO

Começa mobilização na Celesc

*Urbaninho,
mascote da Intercel
lembra que a
Assembleia Estadual
será dia 30 de julho
em Itajaí. Participe!*



CARAVANA DA INTERCEL

EQUIPE 1	EQUIPE 2
14/7 ▶ Florianópolis	18/7 ▶ Criciúma
18/7 ▶ São Miguel do Oeste ▶ Chapecó ▶ Concórdia	19/7 ▶ Tubarão
19/7 ▶ Joaçaba ▶ Videira	20/7 ▶ Jaraguá do Sul ▶ São Bento do Sul
20/7 ▶ Lages ▶ Rio do Sul	21/7 ▶ Mafra ▶ São Francisco
21 e 22/7 ▶ Vale do Itajaí	22/7 ▶ Joinville

A caravana dos sindicatos que compõem a Intercel está percorrendo os locais de trabalho da Celesc a partir de hoje, até o dia 22 de julho. O objetivo da percorrida é dialogar com os trabalhadores e mostrar a importância do envolvimento da categoria na defesa pelos direitos já conquistados e lutar para avançar nas propostas tiradas em assembleias regionais.

Outro objetivo da caravana da Intercel é convidar a categoria eletricitária a participar da assembleia estadual, em Itajaí, no dia 30 de julho, para o debate das questões relacionadas ao Acordo Coletivo de Trabalho e da Celesc. A participação dos trabalhadores é fundamental no processo de negociação para garantir os direitos conquistados.

A empresa passa por mais um período de revisão tarifária e o Plano de Cargos e Salários tem prazo para mais uma revisão, portanto, é em mesa de negociação que conquistaremos cláusulas importantes e isso só é possível pela união da categoria.

Em uma comparação dos Acordos dos últimos anos, perceberemos grandes avanços no ACT, claro, esses avanços somente são frutos da unidade e garra de todos.

A assembleia estadual do dia 30 de julho em Itajaí será o dia que reservaremos para garantir nossa dignidade e nossos direitos no trabalho por mais um ano. Participe.

Confira no quadro ao lado os dias da Caravana em seu local de trabalho.

Intercel promove formação sindical

Com o intuito de capacitar os novos diretores dos 7 sindicatos de eletricitários de Santa Catarina para o trabalho sindical, a Intercel promoveu nos dias 11 e 12 de Julho, em Florianópolis, dois cursos com o educador popular Emilio Gennari. Os dirigentes sindicais trabalharam técnicas de comunicação e expressão e técnicas de Negociação coletiva, participando de simulações de caso para melhorar a postura e discurso nas horas de negociação. Para a maioria dos participantes foi a primeira oportunidade de trabalhar elementos essenciais para a defesa dos trabalhadores e aprimorar a ação coletiva e organização de base.



Nota de falecimento

É com pesar que comunicamos o falecimento de nosso colega de trabalho e diretor do Sindicato Stieel, dia 9 de julho. Ari Rogério Gomes Carneiro (conhecido como Carneirinho) foi vítima de um AVC gravíssimo.

A Diretoria do Stieel

Trabalhadores fazem ato na Alesc

Terça-feira, dia 12 de julho, a Assembleia Legislativa estava fervendo, com suas galerias e dependências tomadas pelos trabalhadores da educação e representantes de diversas entidades sindicais e sociais. Na pauta a discussão do piso dos professores.

Após um acordo de líderes, foi suspensa a sessão plenária da tarde, dia 12, para que os funcionários da Casan e Celesc ocupassem a tribuna em comemoração de um ano da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 04/10, de autoria do ex-deputado estadual Pedro Uczai (PT), que determina que a transferência do controle acionário de empresas públicas do Estado tenha a aprovação da Assembleia Legislativa e passe por consulta popular. Também saudar a Emenda Constitucional (PEC), do deputado Gelson

Merísio, (DEM), “O voto dos representantes do Estado nos conselhos administrativos das Sociedades de Economia Mista, que implique em alteração do estatuto social, será precedido de autorização do Poder Legislativo, pela maioria absoluta dos seus membros”.

Em nome dos servidores, Mario Jorge Maia, Representante da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina (Intercel), ressaltou que além da comemoração, a visita ao parlamento visa manifestar posição contrária ao projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, encaminhado no mês de junho à Casa. “O PL em tramitação tira a Casan do referendo popular, ou seja, do plebiscito, e autoriza a venda a um sócio já definido.

A questão da mudança do estatuto, que passaria pelo Poder Legislativo, agora fica a mercê



dos conselhos de administração, ou de assembleia de acionistas de cada empresa”, golpe barrado pelos trabalhadores que já tentaram na Celesc, levando o acionista majoritário a perder o controle da empresa.

De acordo com a Intercel, a matéria, se aprovada, representará um risco para a sociedade catarinense. “Não queremos nos tornar uma Light, Cemig ou Eletropaulo, que

atualmente pegam seus lucros e distribuem para os acionistas, deixando a população em péssimo atendimento e trabalho precário”.

Um bolo foi servido pelos eletricitários aos presentes com uma faixa dizendo “O Povo Decide”. Nada mais justo que a decisão sobre a finalidade e os objetivos das Empresas Públicas sejam decididos pelos seus legítimos donos: o povo.

ELETOBRAS mais uma vez róí a corda

Depois de ter agendado a 4ª rodada de negociação nacional para dia 13/07, a empresa em uma total desconsideração com o Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE transferiu, sem data marcada, a reunião.

Mais que a desconsideração com o CNE em desmarcar a reunião, essa atitude da empresa

afronta os trabalhadores, que já realizaram paralisações, de um e dois dias, exigindo a retomada das negociações e que sua pauta de reivindicação seja valorizada.

O CNE manteve o calendário previsto, estando reunido em Brasília, nos dias 12 e 13 para discutir o ato da empresa e as ações futuras visando

à reabertura, de fato, das negociações.

Entre as ações proposta pelo CNE é de paralisação nacional nos dias 20 e 21/07. Essa proposta será avaliada pela categoria em assembléias a serem realizadas nos próximos dias.

Se a ELEROBRAS busca o confronto, vamos à luta!

Manifesto do Conselho Nacional dos Eletricitários – CNE

Os Trabalhadores do Sistema Eletrobras estão sendo duramente penalizados pelo Governo Federal, que vem negando sistematicamente as reivindicações da categoria, ao enganar a sociedade, apontando que o aumento de salário gera inflação. O Governo Dilma, que por um lado mantém o crescimento econômico, mesmo com a crise nos países desenvolvidos, por outro lado pode comprometer essa trajetória sob a justificativa do controle inflacionário, valendo-se de um discurso retrógrado baseado no arrocho salarial, empobrecendo os trabalhadores. Este receituário o Brasil do governo Lula não seguiu, o que fez a diferença em relação aos países que ainda estão em crise que continuam adotando um caminho conservador para sair do fundo do poço, que acarreta a recessão, privatização e desemprego.

Sendo assim, foi com a esperança da continuidade dessa política de respeito aos trabalhadores que ajudamos a eleger esse Governo, entretanto, a indiferença aos pleitos da categoria tem sido a prática dessa gestão, que prefere até aqui ser pautado por setores conservadores em suas ações. Uma prova disso é a tentativa de encerrar as negociações por decreto, uma atitude antidemocrática que lembra os tempos mais obscuros da nossa História, onde os direitos de negociação praticamente não existiam, levando os trabalhadores a intensificar o processo de luta.

Hoje, as direções das empresas cumprem um papel secundário, até mesmo subserviente, revelando uma total fragilidade diante das imposições do Governo. Essa postura mostra que na verdade o que existe, hoje, dentro das empresas do Sistema Eletrobras é a necessidade de cada diretor preservar o seu cargo. Nessa conjuntura as negociações do

nosso ACT são jogadas para debaixo do tapete, como aconteceu nestes dias 12 e 13 de julho, quando fomos surpreendidos com o cancelamento por parte do Sistema Eletrobras da rodada de negociação em Brasília.

Em todas as rodadas de negociação, as Direções das empresas se colocaram de forma inerte, sempre repetindo que recebiam ordens do Governo e do DEST, que estavam ali somente para reproduzir o que as instâncias mandavam. Ou seja, sem qualquer autonomia nas negociações, nem ao menos o mínimo esforço para manter uma negociação séria com os trabalhadores. Uma atitude lamentável, de uma gestão conservadora e de desrespeito à categoria.

A resposta dos trabalhadores a essa falta de compromisso com as negociações será dada com a luta, com a proposta do CNE para aprovação nas assembleias de paralisação por 48 horas em todo país nos dias 20 e 21 de julho. Vamos mostrar que o discurso de que salário gera inflação é falso.

Por isso, exigimos o ganho real, mais o avanço em outras cláusulas de nossa pauta de reivindicações. A pergunta que fica é a seguinte: será que o Governo pretende repetir as práticas que levaram ao apagão de 2001 e que também contribuiu para a derrota absoluta do modelo neoliberal no país nas eleições de 2002?



O espaço da sua liberdade de expressão

Companheiros,

A carta da trabalhadora Cristiane (sede Eletrosul) publicada na Revista Época está sendo reproduzida na Tribuna Livre por considerarmos bem embasada e oportuna. A voracidade da lógica de mercado volta a todo vapor e, pasmem, está sendo “assimilada, aceita” “naturalmente” pelos ditos gestores públicos (diretores de empresas estatais). O que é muito perigoso para os trabalhadores e toda sociedade brasileira que já viu este filme antes, e sabe do resultado desastroso!

Opinião do Leitor - Capa da Revista 682 de 13 de Junho de 2011

Prezados Editores de Redação,

Enquanto cidadã brasileira e trabalhadora pública faço complementações à matéria veiculada pela Revista Época, tendo como capa “Estado Ltda” - Edição 682 de 13 de Junho de 2011.

Pelo importante papel de veicular informações e por ser formadora de opinião, não poderíamos deixar de destacar que as empresas listadas não são do Estado Ltda, mas sim do POVO BRASILEIRO LTDA.

Defender a lógica do mercado, o lucro desenfreado à custa com a vida de pessoas, explorar nossas riquezas naturais, assistindo toda a lucratividade escorrendo para países estrangeiros e os trabalhadores brasileiros com seus direitos fragilizados pela terceirização, muitas vezes se submetendo a condições indignas de trabalho, promovida pela privatização, tudo isso sim é A INSANIDADE INSTAURADA.

O chamado na matéria de “Programa consistente de desestatização” vendeu a preço de “banana”, por exemplo, parques

de geração de energia elétrica para empresas estrangeiras. Não se pode chamar de “venda”, o que ocorreu foi praticamente uma doação e prega-se à população a idéia de que isso se faz necessário devido ao inoperante elefante branco.

A falar do elefante branco, esses sim são as empresas que engordam alimentadas pelos seus lucros, à custa de trabalhadores doentes e sem liberdade de expressão.

Mito é acreditar que as empresas do povo Ltda são ineficientes, muito pelo contrário, são constituídas por trabalhadores comprometidos com o que é público, tornam-na tão eficientes e competitivas que muitas delas são consideradas melhores empresas para se trabalhar, recebem premio de excelência no mercado econômico e são avaliadas com índices de satisfação de seus clientes com praticamente 100% em sua disponibilidade de serviços.

A matéria cita que após a privatização, por exemplo, a Vale passou a ter 70 mil trabalhadores, mas quanto mesmo é de seu quadro próprio de pessoal? Quantos

mesmos são trabalhadores terceirizados? Quais são seus índices de acidentes de trabalho, de doenças ocupacionais? Qual a média da jornada de trabalho desses trabalhadores?

Não se trata da redução da ação do governo na economia e sim, o conteúdo imparcial e tendencioso da matéria trata da defesa pela redução da participação do que é público e de todos na economia, submetido a empresas privadas (estrangeiras será?).

Insano é defender que a privatização dos serviços essenciais (como energia) garantirá a qualidade de produção e a busca pela prestação de serviços - esse filme já é conhecido!

Insanidade (como está tido na página 8 da Revista) SIM é ficar mergulhado em balanços, analisando planilhas e gráficos para veicular uma matéria, ao invés de ir a campo e ouvir os trabalhadores

públicos, incluindo os trabalhadores que já vivenciam parte do arsenal de suas empresas privatizadas. Insanidade sim é tratar como a era da sanidade o governo Collor, Fernando Henrique e Itamar Franco, e ainda, citar o Florescer daquele período como “dieta notável de gestão” (página 70).

O que floresceu naquele período foi o desemprego em massa, o enxugamento, a flexibilização dos vínculos empregatícios, a privatização, doação de empresas públicas, o aumento da fome e da miséria (a dieta foi do POVO!).

Quem sabe a sanidade possa ser recomposta quando se puder veicular que durante três meses praticou-se a real “escuta” dos trabalhadores públicos que dão o seu melhor a cada dia, desbravando caminhos, construindo, operando e realizando manutenções de produtos e serviços que não podem muitas vezes serem vistos aos olhos, mas que nesse trabalho essencial colocam suas vidas em risco (elétrico por exemplo) e também os seus corações.

A maior recompensa é quando se percebe que do seu trabalho asseguram que a energia chegue a todos os lares brasileiros, as indústrias, aos hospitais, as universidades e, em especial, quando se leva acesso aquela população à margem de tudo, mas que enche de sorriso seus lábios para dizer que tem luz elétrica e que será o primeiro passo para a garantia dos seus direitos sociais, podendo ser reconhecida como cidadã.

Para finalizar nos perguntamos: à lógica privatista cabe essa real responsabilidade social, aliada a competência econômica e ambiental?

Cordialmente,

Cristiane Spricigo trabalhadora da Eletrosul

Todos os recursos do PCS estão finalizados

Todos os empregados receberam o resultado de seus recursos por meio de comunicado feito pela empresa. Os recursos conferidos terão os valores retroativos pagos até agosto de 2011

► Despachante
A empresa apresentará proposta definitiva em dez dias.

► PLR
A proposta apresentada não contempla as expectativas dos trabalhadores, por isso as negociações continuam e a proposta final da empresa deve ser avaliada no dia 30 de julho, em Itajaí.

► Sistema de compensação de horas
A empresa apresentou proposta de renovação do acordo atual que termina em 31/7/2011. O único ponto discordado foi o parágrafo que determina o funcionamento das lojas de atendimento em dias de feriado ponte. A diretoria, após um longo debate com a Intercel, se pronunciará nos próximos dias, ficando a cargo da Intercel o encaminhamento da aprovação à categoria.

► Revisão do PCS
Constituir o grupo de trabalho com a participação da Intercel e suas assessorias que terá prazo de 90 dias para concluir os trabalhos com a finalidade de alteração do atual PCS.

► Acidente de trânsito
Após sete anos de insistência da Intercel, por meio de grupos

de trabalho que não tiveram seus relatórios encaminhados pelas diretorias anteriores da Celesc, em apenas 40 minutos, o GT constituído na vigência do atual ACT chegou a uma proposta que estabelece regras que darão tranquilidade aos empregados que conduzem os veículos da empresa. **MAIS UMA VEZ ESTÁ COMPROVADO, QUANDO SE TEM VONTADE, SE RESOLVE.**

► Auxílio de acidente de trânsito
O grupo de trabalho apresentará proposta até 28/7/2011

► Turno de revezamento
O GT está em andamento, tratando de mudanças e alterações no atual acordo coletivo sugeridos através de pesquisa feita por todas as bases.

► Gratificação dos 25 anos
A normativa foi alterada. A gora ela considera o compito do tempo de serviço e o afastamento do empregado por auxílio doença nos mesmos termos do anuênio.

Salientamos que durante a caravana serão debatidos estes pontos novamente!

Reflexões sobre o setor elétrico À BEIRA MAR

José Drumond Saraiva, Engenheiro, eletricitário, aposentado da Eletrobrás

Chegamos ao aeroporto por volta das 11 da noite. Estávamos ali para tentar impedir a privatização da Eletrosul, e todos a convite do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Afinal, embora derrotados nos casos da ESCELSA e da LIGHT, tínhamos alguma experiência nas lutas contra as privatizações de empresas de outros setores, em especial de mineração, metalurgia e ferroviário. Além disso, conhecíamos muito bem o setor elétrico brasileiro, as empresas públicas e privadas, a legislação aplicável, enfim, as características de todos os agentes envolvidos na questão. Além disso, todos ali tinham sólida formação acadêmica e profissional, histórico de militância política, gozando de relativo grau de respeitabilidade mesmo por parte daqueles que não concordavam com suas posições. Em Florianópolis o grupo deveria realizar algumas tarefas específicas, principalmente a de assessorar uma Procuradora da República em Santa Catarina, que preparava uma ação denunciando diversas irregularidades de todo o processo e solicitando a sua imediata interrupção. Além disso, é claro, o grupo participaria de debates, concederia coletivas de imprensa e daria todas as informações que dispunha para o Sindicato dos Eletricitários e outras entidades que também desenvolviam ações contra a privatização da Eletrosul.

Durante toda uma manhã e uma tarde o grupo esteve reunido com a Procuradora. Na reunião foram desenvolvidas diversas teses sobre ilegalidades do processo e sobre os evidentes prejuízos que o mesmo, se levado a cabo, acarretaria à população em geral, à Eletrobras, acionista majoritária da Eletrosul e, por consequência, aos estados do sul do país e a toda a nação. À noite, mais trabalho. Entrevistas e um debate público em um teatro ao lado da catedral de Florianópolis. Auditório lotado e presença de representantes de sindicatos, da universidade, da igreja, de políticos locais, e de distintos movimentos sociais, tudo organizado pelo MUCAP-Movimento Unitário contra as Privatizações, se não estou enganado. Para o grupo, isso significava o reconhecimento de seus trabalhos e se constituía em uma necessária força para que continuassem com suas

ações em defesa do patrimônio público e, mais que isso de um conceito que deveria ser preservado de “serviço público”, da não transformação da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em simples mercadorias que, no fundo, embasava todas as propostas privatistas da época.

Lamentavelmente, apesar dos esforços de todos os atores que tentaram impedir a venda do parque gerador da Eletrosul, a mesma foi concretizada. Um grupo então belga, a Tractebel, arrematou a empresa por cerca de 980 milhões de reais, montante que na época não representava mais que um insignificante percentual do real valor dos ativos alienados e que em tempo recorde foi recuperado. Hoje a Tractebel, empresa do Grupo internacional Suez-Lyonnaise, com sede na França, é uma das maiores empresas privadas de geração do país e continua operando as usinas compradas na época, a saber: todo o parque termelétrico de Jorge Lacerda e grandes usinas hidráulicas, como Salto Osório e Salto Santiago. Sem dúvida, a Tractebel jamais seria a potência que é hoje se a privatização do parque gerador da Eletrosul não tivesse se verificado em 1998.

A história, todavia, sempre nos reserva surpresas. Ainda no primeiro mandato do governo Lula, a Eletrosul foi autorizada a retomar suas atividades de geração. Claro que em novos moldes. Afinal, o sistema elétrico brasileiro, com tantos atores privados e tantas lógicas que nem de perto se aproximam daquela que defendíamos de manutenção de “serviço público”, reservou preferencialmente para as empresas estatais a participação em consórcios como acionistas minoritários em novos empreendimentos do setor. Num desses casos, quem diria, a Eletrosul está hoje associada a uma empreiteira, a outra estatal, e à Tractebel! E isso não é tudo. Até mesmo envolvidos diretamente na venda da empresa na época, como dirigentes ou consultores, transformaram-se em importantes quadros na estrutura atual da Eletrobras e do Ministério de Minas e Energia. Afinal, tantos anos se passaram e eles são “técnicos do setor”; e técnicos não têm ideologia, não é mesmo?

Quanto aos membros do grupo,

“Hoje a Tractebel, empresa do Grupo internacional Suez-Lyonnaise, com sede na França, é uma das maiores empresas privadas de geração do país”

nenhum está mais exercendo atividades no setor elétrico. Um é engenheiro aposentado da Eletrobras, após ter sido diretor da empresa por cerca de quatro anos, bem como presidente do Conselho de Administração e presidente interino da ELETROSUL por cerca de um ano. Outro, um físico de renome internacional, foi presidente da Eletrobras e hoje continua com suas atividades acadêmicas como diretor-geral de importante coordenação de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um terceiro, engenheiro, continua na universidade e na política, tendo sido candidato derrotado ao governo do estado do Rio de Janeiro nas últimas eleições. Quanto aos demais participantes do grupo, alguns continuam ocupando cargos de menor importância no governo atual, estes sim de caráter técnico, sem qualquer representação política.

Mas não perdemos só a Eletrosul, nem tampouco salvamos Furnas e outras estatais do Setor Elétrico. Ao contrário, nos últimos anos do governo Lula demos continuidade às privatizações e as empresas do Grupo Eletrobras têm sido usadas para viabilizar grandes negócios privados. Todas as obras do setor vêm sendo viabilizadas pela formação de Sociedades de Propósito Específico, onde as estatais, além de não poderem ser majoritárias, têm sido utilizadas muitas vezes para viabilizar negócios com retornos altamente contestáveis.

Para privatizar não foi necessário vender empresas. Bastou apenas “licitar” empreendimentos de geração e transmissão. O tempo dirá se tenho ou não razão, mas do jeito que as coisas vão não duvido que as estatais do setor voltem a ser apresentadas como “elefantes” dentro de alguns anos, acumulando prejuízos

pelos péssimos negócios que vêm sendo impelidas a realizar num modelo totalmente mercantil. Aliás, o modelo é tão mercantil que os consumidores brasileiros pagam uma das energias mais caras do mundo. Os dados a esse respeito são incontestáveis.

Uma última observação já que Furnas foi citada: longe de salvá-la o que se viu nos últimos anos foi a continuidade do aparelhamento da empresa para acomodar representantes de partidos da “base aliada”, com nefastas consequências para seu desempenho operacional. Outras considerações poderiam ser feitas sobre os limites da expansão das áreas de geração e transmissão, sobre a mediocridade das ações de planejamento e de operação do sistema, e sobre a mesmice da falta de ações efetivas da Agência Reguladora, aí, inclusive, na área de distribuição de energia elétrica.

Hoje, quando vejo o que está acontecendo no setor, quando vejo pessoas comprometidas com lógicas de mercado sendo apresentadas como “gente de valor”, quando significativa parcela dos que contribuíram efetivamente para a dilapidação do patrimônio público e para o desmonte do setor elétrico brasileiro aparecem como se não tivessem nenhuma responsabilidade com os fatos passados, penso em quanto fomos ingênuos. Entretanto, santa ingenuidade! Assim posso recordar de tudo isso com uma alegria e com uma saudade imensas, até mesmo daquela noite em que estivemos meio perdidos à beira mar...

Este texto foi resumido com a autorização do autor, que gentilmente cedeu para publicação no jornal Linha Viva. Quem tiver interesse em ver as matérias que foram publicadas na íntegra no Boletim Massa Crítica números 53 e 54 acesse: http://www.pacs.org.br/publicacoes_impresas.php#massacritica

54º: <http://ow.ly/5DoAd>

53º: <http://ow.ly/5DoDF>